

WALDIR ZAGAGLIA

## CURSO DE PROCESSO CIVIL

Área específica

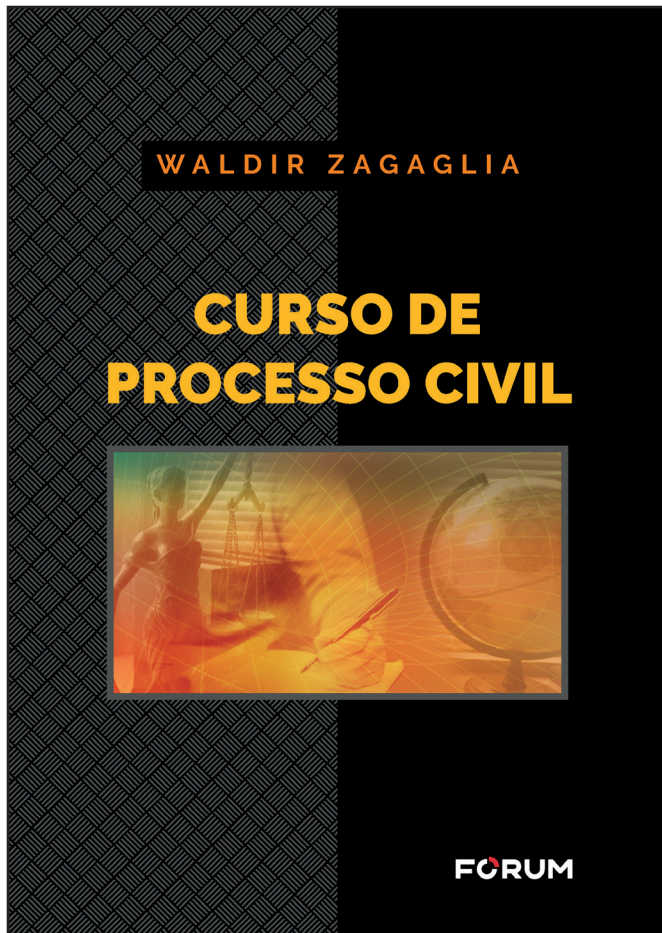
DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Áreas afins

TEORIA GERAL DO PROCESSO

Público-alvo/consumidores

Estudantes do curso de graduação de Direito, concursandos, reciclagem de advogados, livro de consultas em processo civil. O objetivo é editar um livro texto base que abranja todos os temas de processo civil, desde os prolegômenos da teoria geral do processo até ao processo judicial eletrônico.



Visto de fora, o processo expressa uma tutela de conhecimento ou cognitiva, uma tutela cautelar ou de garantia e uma tutela satisfativa ou executória. De dentro para fora, o processo se estrutura em fases, as quais podemos identificar como fase postulatória, fase de saneamento, fase instrutória, fase decisória, fase recursal e fase executória. As duas abordagens, interna e externa, não se excluem e não se afastam, ao revés, se complementam e se atraem. Todo método em que se traduz o processo é, na verdade, a simbiose das duas abordagens propostas.

*Curso de Processo Civil*, como o próprio nome indica, propõe-se a uma análise didática e investigativa do processo como método, no sentido mais cartesiano que esta ideia possa sugerir. Trata-se de um manual que expõe, apresenta e dissecar o processo civil sob a ótica do método. Esta abordagem é facilmente percebida na ênfase dada às fases processuais, na estrutura molecular dos fatos, atos e negócios jurídicos processuais, pré-processuais e pós-processuais, assim entendidos aqueles realizados sob os efeitos da sentença, bem como na dimensão dinâmica emprestada ao procedimento, de modo que se entenda, definitivamente, que processo é método e procedimento é este mesmo método visto em movimento.

**FORMATO:** 17,0 X 24,0 cm  
**CÓDIGO:** 10001554

Z18p Zagaglia, Waldir  
Curso de Processo Civil / Waldir Zagaglia.– Belo Horizonte : Fórum, 2019.  
601p.; 17cm x 24cm  
ISBN: 978-85-450-0626-8  
1. Direito Processual Civil. 2. Teoria Geral do Processo. I. Título.  
CDD 341.46  
CDU 347.9

Elaborado por Daniela Lopes Duarte - CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

ZAGAGLIA, Waldir. *Curso de Processo Civil*. Belo Horizonte: Fórum, 2019. 601p. ISBN 978-85-450-0626-8.

## Waldir Zagaglia

Waldir Zagaglia nasceu em 1954, no Rio de Janeiro. cursou o primário e o ginásio no Instituto Menino Jesus, na Tijuca, fez o curso clássico no Colégio Bennett, no bairro do Flamengo. Formou-se em Direito na Universidade do Estado do Rio de Janeiro em 1977, com extensão universitária na própria UERJ e na Universidade Estácio de Sá. Exerceu o magistério superior ao longo de mais de 10 anos na Faculdade de Direito da UERJ, no Curso de Direito da PUC-Rio, no Curso de Ciências Jurídicas da Universidade Estácio de Sá e no Centro de Estudos e Pesquisas e Atualização do Direito – Cepad, sempre na disciplina de Processo Civil. Atualmente colabora como professor e conferencista na Escola Superior de Advocacia Pública do Estado do Rio de Janeiro – Esap. É Advogado militante e Procurador do Estado do Rio de Janeiro desde junho de 1985. Participou de várias bancas de concursos públicos para a área jurídica, como concursos para provimento de cargos de Procurador do Estado do Rio de Janeiro, de Procurador da Câmara de Vereadores do Município do Rio de Janeiro e para a Magistratura do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região. É autor de vários artigos publicados em revistas especializadas de direito, sobre os mais variados e complexos temas, entre eles, destacando-se: “A sindicalização do servidor público” e “Servidor público e o direito de greve”, editados pela *Revista de Direito do Centro de Estudos Jurídicos da Procuradoria-Geral do Estado do Rio de Janeiro*. No campo específico do processo civil, destaca-se o artigo “Das alterações do Código de Processo Civil – Processo de conhecimento”, publicado na *Revista de Direito* editada pelo Centro de Estudos Jurídicos da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro, e “Das alterações introduzidas pela Lei nº 9.756/98 aos artigos 896 e 897 da CLT”, publicado na *Revista de Direito dos Procuradores do Novo Estado do Rio de Janeiro – APERJ*. No campo literário é autor do livro *A confraria*, publicado em 2015, editado pela Associação dos Procuradores do Novo Estado do Rio de Janeiro – APERJ – Imprensa Oficial.

# SUMÁRIO

PREFÁCIO .....	25
Capítulo 1	
DO INTERESSE AO PROCESSO .....	27
1.1 Processo e método .....	27
1.2 Interesse .....	27
1.3 Prevalência do interesse coletivo sobre o interesse individual .....	28
1.4 Sujeito do interesse .....	28
1.5 Conflito de interesses .....	28
1.6 Pretensão .....	29
1.7 Lide .....	29
1.8 Jurisdição .....	29
1.9 Processo como instrumento da jurisdição .....	30
1.10 Direito material e direito processual .....	30
1.11 Direito adjetivo e direito substantivo .....	31
Capítulo 2	
DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL .....	33
2.1 Denominação .....	33
2.2 Conceito .....	33
2.3 Objeto material do processo .....	34
2.4 Objeto formal do processo .....	34
2.5 Evolução histórica do processo civil .....	35
2.6 Relações com outros ramos do direito .....	37
2.7 A norma processual civil no tempo .....	38
2.8 A norma processual civil no espaço .....	38
2.9 Conteúdo e finalidade .....	38
2.10 Fontes do direito processual civil .....	38
2.11 Súmula vinculante como fonte do direito processual civil .....	39
2.12 Aplicação e interpretação da lei processual civil .....	40
2.13 Analogia no direito processual civil .....	40
2.14 Princípios gerais do direito no direito processual civil .....	41
Capítulo 3	
DA FUNÇÃO JURISDICIONAL .....	43
3.1 Caracterização e distinção entre as outras funções do Estado .....	43
3.2 Caracterização da jurisdição segundo Chiovenda, segundo Carnelutti e segundo Calamandrei .....	43
3.3 Inércia da jurisdição .....	44
3.4 Definitividade da jurisdição .....	44
3.5 Princípios da jurisdição .....	45
3.6 Jurisdição, arbitragem e mediação .....	46
3.7 Jurisdição voluntária .....	48
3.8 Poderes da jurisdição .....	49
3.9 Crítica à existência de uma função jurisdicional típica e a um poder judiciário autônomo .....	49
Capítulo 4	
DA AÇÃO .....	53
4.1 Principais doutrinas .....	53
4.2 Conceito .....	55
4.3 Condições genéricas do exercício do direito de ação .....	55
4.4 Legitimidade .....	55
4.5 Interesse de agir .....	55
4.6 Possibilidade jurídica do pedido .....	56
4.7 Condições específicas para o legítimo exercício do direito de ação .....	57
4.8 Carência da ação .....	57

4.9	Posição adotada pelo Código de Processo Civil brasileiro .....	57
4.10	Momento processual para verificação das condições da ação – Teoria da asserção. Teoria da exposição.....	58
4.11	Elementos identificadores da ação.....	59
4.12	Classificação das ações .....	60
4.13	Concurso e cumulação de ações.....	61
4.14	Conexão e continência.....	63

## Capítulo 5

DO PROCESSO .....	65	
5.1	Definição .....	65
5.2	Identificação do processo .....	65
5.3	Processo como contrato e processo como quase contrato .....	65
5.4	Processo como relação jurídica.....	66
5.5	Processo como situação jurídica.....	66
5.6	Relação jurídica processual.....	67
5.7	Características da relação jurídica processual.....	67
5.8	Requisitos e pressupostos processuais.....	68
5.9	Pressupostos processuais de existência e de validade do processo.....	68
5.10	Poderes, direitos, deveres e ônus processuais .....	69
5.11	Processo e procedimento.....	69
5.12	Espécies de processos e de procedimentos.....	70
5.13	Princípios fundamentais do processo .....	70
5.14	Questão: de fato, de direito, preliminar, prejudicial e principal .....	70

## Capítulo 6

DA COMPETÊNCIA .....	73	
6.1	Definição .....	73
6.2	Competência e jurisdição .....	73
6.3	Competência como concretização da jurisdição.....	73
6.4	Limites da jurisdição (competência) nacional.....	74
6.5	Espécies de competência internacional.....	74
6.6	Competência internacional concorrente .....	74
6.7	Competência internacional exclusiva.....	75
6.8	Exclusão da competência nacional .....	76
6.9	Crítérios de determinação da competência .....	76
6.10	Competência em razão do valor e em razão da matéria .....	76
6.11	Competência em razão da pessoa.....	77
6.12	Competência funcional.....	77
6.13	Competência funcional dos tribunais.....	77
6.14	Competência funcional dos juizes de primeiro grau .....	78
6.15	Competência territorial .....	78
6.16	Competência territorial do ausente e do incapaz .....	79
6.17	Competência territorial especial .....	79
6.18	Competência absoluta e competência relativa .....	79
6.19	Prorrogação ou modificação da competência .....	80
6.20	Causas de modificação ou prorrogação da competência .....	80
6.21	Prevenção .....	81
6.22	Prorrogação da competência territorial por eleição das partes.....	81
6.23	Incidentes sobre a competência. Conflito de competência e conflito de jurisdição.....	81
6.24	Espécies dos conflitos de competência e de jurisdição .....	82
6.25	Natureza processual do conflito de competência e de jurisdição e atuação do Ministério Público .....	83

## Capítulo 7

DO JUIZ .....	85	
7.1	O juiz .....	85
7.2	Garantias.....	86
7.3	Poderes instrumentais do juiz.....	86
7.4	Deveres do juiz .....	88
7.5	Responsabilidade do juiz e do estado .....	88

## Capítulo 8

DAS PARTES. AUTOR E RÉU .....	91	
8.1	Sujeitos do processo.....	91
8.2	Autor e réu. Princípios.....	91
8.3	Capacidade. Capacidade de direito e capacidade de fato.....	91
8.4	Incapacidade .....	92

8.5	Incapacidade. Intervenção do curador especial e do Ministério Público.....	92
8.6	Legitimação .....	93
8.7	Espécies de legitimação.....	93
8.8	Legitimação extraordinária e substituição processual.....	93
8.9	Distinção entre legitimação e capacidade.....	94
8.10	Representação, assistência e autorização.....	95
8.11	Responsabilidade das partes e de seus procuradores.....	96
8.12	Litigância de má-fé.....	96
8.13	Solidariedade entre o advogado e à parte litigante de má-fé.....	96

## Capítulo 9

DA PLURALIDADE DE PARTES. DO LITISCONSÓRCIO .....		97
9.1	Pluralidade de partes. Litisconsórcio .....	97
9.2	Litisconsórcio ativo e litisconsórcio passivo.....	98
9.3	Litisconsórcio facultativo .....	98
9.4	Limitação do litisconsórcio facultativo .....	99
9.5	Litisconsórcio necessário.....	99
9.6	Litisconsórcio necessário unitário.....	99

## Capítulo 10

DAS PARTES ESPECIAIS E DAS PARTES SECUNDÁRIAS DO PROCESSO .....		101
10.1	Ministério Público .....	101
10.2	Origem do Ministério Público.....	101
10.3	Princípios do Ministério Público.....	102
10.4	Ministério Público e a Constituição.....	102
10.5	Ministério Público e o processo civil.....	102
10.6	Advogado.....	103
10.7	Advocacia e parcialidade institucional.....	103
10.8	Mandato.....	104
10.9	Honorários sucumbenciais .....	104
10.10	Procuraturas.....	106
10.11	Advocacia-Geral da União.....	106
10.12	Procuradoria da Fazenda Nacional .....	107
10.13	Defensoria Pública .....	107
10.14	Procuradorias-gerais dos estados .....	107
10.15	Procuradorias-gerais dos municípios.....	108
10.16	Serviços auxiliares da justiça .....	108
10.17	Servidores auxiliares permanentes.....	108
10.18	Servidores auxiliares eventuais.....	109
10.19	Conciliador e mediador judicial.....	109

## Capítulo 11

DA ASSISTÊNCIA E DA INTERVENÇÃO DE TERCEIROS .....		111
11.1	Terceiros.....	111
11.2	Assistência. Interesse jurídico. Assistência simples e assistência qualificada .....	112
11.3	Assistência e substituição processual.....	112
11.4	Assistência e litisconsórcio. Diferença de legitimação.....	112
11.5	Assistência qualificada e assistência litisconsorcial .....	112
11.6	Assistência e procedimento .....	113
11.7	Momento processual da assistência.....	113
11.8	Assistência e revelia do assistido.....	114
11.9	Assistência e coisa julgada material .....	114
11.10	Chamamento ao processo .....	114
11.11	Chamamento ao processo e litisconsórcio.....	115
11.12	Denúnciação da lide.....	115
11.13	Histórico da denúnciação da lide .....	115
11.14	Cabimento da denúnciação da lide .....	116
11.15	Obrigatoriedade da denúnciação da lide.....	116
11.16	Natureza jurídica da denúnciação da lide.....	117
11.17	Denúnciação da lide e legitimação .....	117
11.18	Momento processual da denúnciação da lide.....	118
11.19	Denúnciação da lide e litisconsórcio .....	118
11.20	Denúnciação da lide. Litisconsórcio. Garantia formal ou própria e garantia informal ou imprópria .....	119
11.21	Denúnciação da lide e confissão .....	120
11.22	Denúnciação da lide. Garantias e garantidor. Litisconsórcio e assistência simples.....	120
11.23	Denúnciação da lide e as demais modalidades de intervenção de terceiro .....	121

11.24	Incidente de desconsideração da personalidade jurídica.....	121
11.25	<i>Amicus curiae</i> .....	123

## Capítulo 12

<b>DOS FATOS E ATOS PROCESSUAIS .....</b>		<b>125</b>
12.1	Fato, ato e negócio jurídico .....	125
12.2	Fato, ato e negócio jurídico processual .....	126
12.3	Características dos atos processuais.....	128
12.4	Classificação dos atos processuais.....	128
12.5	Ato processual simples e ato processual complexo.....	129
12.6	Atos processuais do juiz .....	130
12.7	Atos processuais dos auxiliares da justiça .....	130
12.8	Forma dos atos processuais .....	131
12.9	Forma e formalismo .....	131
12.10	Princípios da forma.....	131
12.11	Lugar da prática dos atos processuais .....	133
12.12	Tempo para a prática dos atos processuais .....	134
12.13	Prazo.....	134
12.14	Classificação dos prazos processuais .....	134
12.15	Contagem dos prazos processuais.....	135
12.16	Preclusão.....	135

## Capítulo 13

<b>DOS VÍCIOS DOS ATOS PROCESSUAIS – DAS NULIDADES .....</b>		<b>137</b>
13.1	Nulidades .....	137
13.2	Inexistência.....	137
13.3	Validade.....	138
13.4	Eficácia .....	138
13.5	Nulidade absoluta e nulidade relativa.....	138
13.6	Anulabilidade .....	139
13.7	Irregularidade.....	139
13.8	Nulidade e preclusão.....	140
13.9	Efeito sanatório.....	140

## Capítulo 14

<b>DO IMPULSO PROCESSUAL .....</b>		<b>141</b>
14.1	Atos de comunicação processual .....	141
14.2	Citação.....	142
14.3	Efeitos processuais da citação.....	143
14.4	Efeitos materiais da citação.....	143
14.5	Modalidades da citação.....	143
14.6	Citação postal.....	143
14.7	Citação por mandado .....	144
14.8	Citação por hora certa.....	144
14.9	Citação por meio eletrônico .....	145
14.10	Citação por edital .....	145
14.11	Intimação .....	145
14.12	Intimação e revelia .....	146
14.13	Início dos prazos.....	146
14.14	Citação e intimação na pessoa do porteiro.....	146
14.15	Cartas processuais.....	147
14.16	Carta precatória .....	147
14.17	Carta de ordem .....	148
14.18	Carta rogatória.....	148
14.19	Carta de vênia .....	148

## Capítulo 15

<b>DA FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO .....</b>		<b>149</b>
15.1	Formação do processo .....	149
15.2	Instauração da instância.....	150
15.3	Estabilização do processo.....	151
15.4	Suspensão do processo .....	152
15.5	Extinção do processo .....	155
15.6	Julgamento antecipado do mérito e julgamento conforme o estado do processo.....	155
15.7	Extinção do processo com julgamento antecipado parcial do mérito.....	156
15.8	Extinção do processo sem resolução do mérito.....	157

15.9	Renovação da instância .....	159
15.10	Extinção do processo com resolução de mérito .....	160
15.11	Extinção do processo com solução do mérito por prescrição e decadência .....	160
15.12	Da improcedência liminar do pedido .....	162

## Capítulo 16

DA PETIÇÃO INICIAL. DO PEDIDO E DO VALOR DA CAUSA .....		163
16.1	Petição inicial .....	163
16.2	Pedido e demanda. Princípio da correlação da petição inicial .....	163
16.3	Requisitos da petição inicial .....	163
16.4	Fatos e fundamentos jurídicos do pedido. <i>Causa petendi</i> .....	164
16.5	Relatividade do princípio do <i>iura novit curia</i> .....	164
16.6	O pedido com suas especificações .....	165
16.7	Requisitos do pedido. Certeza e determinação .....	165
16.8	Interpretação do pedido .....	165
16.9	Aditamento do pedido .....	166
16.10	Pedido genérico .....	166
16.11	Concludência do pedido .....	166
16.12	Preceito cominatório .....	166
16.13	Cumulação de pedidos. Cumulação objetiva de ações .....	168
16.14	Cumulação sucessiva de pedidos .....	168
16.15	Cumulação subsidiária de pedidos .....	169
16.16	Requisitos para cumulação de pedidos .....	169
16.17	Valor da causa .....	171
16.18	Crítérios para fixação do valor da causa .....	172
16.19	Impugnação ao valor da causa .....	172
16.20	Indicação das provas na petição inicial .....	173
16.21	Opção do autor pela realização ou não da audiência de conciliação ou mediação .....	173
16.22	Distribuição por dependência .....	174

## Capítulo 17

DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO OU DE MEDIAÇÃO .....		175
17.1	Generalidades .....	175
17.2	Obrigatoriedade .....	176
17.3	Consequência do não comparecimento das partes .....	177
17.4	Crítica .....	177

## Capítulo 18

DA TUTELA PROVISÓRIA. TUTELA DE URGÊNCIA E TUTELA DE EVIDÊNCIA .....		179
18.1	Princípios gerais .....	179
18.2	Características da tutela provisória .....	180
18.3	<i>Fumus boni iuris e periculum in mora</i> .....	181
18.4	Tutela de urgência de natureza cautelar .....	181
18.5	Arresto .....	182
18.6	Sequestro .....	183
18.7	Do arrolamento de bens. Depósito. Busca e apreensão .....	184
18.8	Registro de protesto contra alienação de bem .....	184
18.9	Da tutela provisória de urgência de natureza antecipada requerida em caráter antecedente .....	185
18.10	Da tutela provisória de urgência de natureza cautelar requerida em caráter antecedente .....	187
18.11	Da tutela de evidência .....	189
18.12	Tutela antecipada. Tutela cautelar. Liminar .....	191

## Capítulo 19

DA DECISÃO DE ADMISSIBILIDADE .....		193
19.1	Generalidades .....	193
19.2	Natureza. Despacho inicial e mérito .....	193
19.3	Conteúdo positivo da decisão de admissibilidade .....	193
19.4	Conteúdo negativo da decisão de admissibilidade .....	194
19.5	Indeferimento da petição inicial .....	194
19.6	Improcedência liminar do pedido .....	195

## Capítulo 20

DA RESPOSTA DO RÉU. DA CONTESTAÇÃO E DA RECONVENÇÃO .....		197
---	--	-----

20.1	Defesa.....	197
20.2	Modalidades de respostas.....	197
20.3	Contestação .....	199
20.4	Requisitos da contestação .....	199
20.5	Ônus da impugnação especificada .....	199
20.6	Consequências do descumprimento do ônus da impugnação especificada .....	200
20.7	Excludentes do ônus da impugnação especificada .....	200
20.8	Isenção do ônus da impugnação especificada .....	201
20.9	Novas alegações posteriores à apresentação da contestação .....	202
20.10	Exceção. Histórico .....	203
20.11	Exceção substancial e exceção processual .....	204
20.12	Exceções peremptórias e exceções dilatórias .....	205
20.13	Exceções processuais .....	205
20.14	Exceção substancial e objeção .....	207
20.15	Reconvenção .....	207
20.16	Natureza jurídica da reconvenção .....	208
20.17	Requisitos da reconvenção .....	208
20.18	Conexão de causas para reconvenção .....	210
20.19	Competência do juízo .....	211
20.20	Uniformidade de procedimentos para reconvenção .....	212
20.21	Coexistência da ação originária. Ausência de contestação na ação originária .....	213
20.22	Reconvenção e ações dúplices .....	213

## Capítulo 21

DA REVELIA .....	215	
21.1	Conceito .....	215
21.2	Revelia e contumácia .....	215
21.3	Revelia e ônus da impugnação especificada .....	216
21.4	Natureza da revelia .....	216
21.5	Efeitos da revelia .....	218
21.6	Revelia e litisconsórcio .....	219
21.7	Revelia e reconvenção .....	220
21.8	Revelia e intervenção de terceiros .....	220
21.9	Efeitos da revelia com relação à comunicação dos atos processuais. Revel que comparece e revel que não comparece ..	221
21.10	Alteração do pedido ou da causa de pedir .....	222

## Capítulo 22

DA DECISÃO DE SANEAMENTO. DESPACHO SANEADOR .....	225	
22.1	Finalidade .....	225
22.2	Antecedentes .....	225
22.3	Função do saneamento do processo .....	226
22.4	Importância da decisão de saneamento.....	227
22.5	Conceito e objeto da decisão de saneamento .....	227
22.6	Momentos do saneamento do processo.....	228
22.7	Providências preliminares .....	228
22.8	Conteúdo da decisão de saneamento.....	228
22.9	Compulsoriedade do saneamento do processo e eventualidade da decisão de saneamento.....	229
22.10	Conteúdo necessariamente positivo da decisão de saneamento.....	229
22.11	Abreviação no procedimento .....	229
22.12	Natureza da decisão de saneamento .....	229
22.13	Eficácia preclusiva da decisão de saneamento.....	230

## Capítulo 23

DA INSTRUÇÃO DO PROCESSO. DAS PROVAS .....	233	
23.1	Instrução do processo .....	233
23.2	Natureza jurídica da prova.....	234
23.3	Conflito temporal de normas sobre a prova.....	235
23.4	Conceito de prova .....	235
23.5	Classificação das provas.....	236
23.6	Objeto, sujeito, forma e momento da prova .....	236
23.7	Os fatos da causa como objeto da prova.....	237
23.8	Desnecessidade da prova .....	237
23.9	Meios de prova .....	237
23.10	Confissão e inspeção judicial como meios de prova .....	238
23.11	Prova oral.....	239
23.12	Prova documental .....	241



23.13	Dos documentos eletrônicos.....	242
23.14	Incidente de falsidade documental.....	243
23.15	Exibição de documento ou coisa.....	244
23.16	Ata notarial.....	245
23.17	Prova pericial.....	246
23.18	Confissão e admissão.....	248
23.19	Confissão e reconhecimento do pedido.....	248
23.20	Irretratibilidade, anulação e revogação da confissão.....	249
23.21	Da produção antecipada de provas. Do arrolamento. Da justificativa.....	249
23.22	Ônus da prova.....	252
23.23	Inversão do ônus da prova.....	252
23.24	Ônus da prova e presunção.....	254
23.25	Prova e contraditório.....	254
23.26	Contraprova.....	255
23.27	Sistemas de avaliação da prova.....	255

## Capítulo 24

DA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO.....		257
24.1	Generalidades.....	257
24.2	Conceito.....	257
24.3	Princípios da audiência.....	258
24.4	Atos preparatórios da audiência.....	259
24.5	Dinâmica e funções decisórias da audiência.....	259
24.6	Antecipação, adiamento e prorrogação da audiência.....	260
24.7	Incidentes da audiência.....	260
24.8	Poder de polícia na audiência.....	260
24.9	Assentada.....	261
24.10	Publicação da sentença em audiência.....	261

## Capítulo 25

DA SENTENÇA.....		263
25.1	Conceito.....	263
25.2	Formação da sentença.....	264
25.3	Natureza jurídica da sentença.....	265
25.4	Classificação da sentença quanto aos efeitos.....	265
25.5	Sentença declaratória.....	265
25.6	Sentença condenatória.....	266
25.7	Sentenças constitutivas.....	266
25.8	Classificação das sentenças quanto à carga de eficácia.....	266
25.9	Classificação das sentenças do ponto de vista da decisão.....	267
25.10	Requisitos da sentença. Clareza e precisão.....	267
25.11	Relatório. Fundamentação e dispositivo.....	267

## Capítulo 26

DA COISA JULGADA.....		271
26.1	Generalidades.....	271
26.2	Conceito de coisa julgada.....	272
26.3	Coisa julgada formal e coisa julgada material.....	272
26.4	Histórico.....	273
26.5	Teorias sobre a coisa julgada.....	276
26.6	Coisa julgada no direito processual brasileiro.....	278
26.7	Coisa julgada material e questão prejudicial.....	278
26.8	O que não faz coisa julgada material.....	279
26.9	Coisa julgada material e as sentenças dispositivas.....	279
26.10	Coisa julgada material e a “cláusula” <i>rebus sic stantibus</i> .....	280
26.11	Limites objetivos e subjetivos da coisa julgada.....	280
26.12	Limites objetivos da coisa julgada material.....	280
26.13	Coisa julgada e repercussão da sentença na esfera de terceiros.....	281
26.14	Relativização da coisa julgada material e modulação dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade.....	282

## Capítulo 27

RECURSOS.....		285
27.1	Noções gerais.....	285
27.2	Conceito.....	286
27.3	Justificativa.....	286
27.4	Histórico.....	286
27.5	Juízo de admissibilidade dos recursos.....	287

27.6	Requisitos intrínsecos .....	288
27.7	Requisitos extrínsecos.....	290
27.8	Competência para o juízo de admissibilidade .....	291
27.9	Juízo de mérito.....	291
27.10	Efeitos dos recursos.....	291
27.11	Cessação antecipada do recurso. Deserção e desistência .....	292
27.12	Modalidades de recurso .....	292
27.13	Recurso adesivo.....	292

## Capítulo 28

DA APELAÇÃO .....	295	
28.1	Generalidades.....	295
28.2	Cabimento .....	296
28.3	Admissibilidade .....	296
28.4	Efeitos da apelação. Efeito suspensivo e efeito devolutivo.....	297
28.5	Extensão e profundidade do efeito devolutivo.....	298
28.6	Procedimento da apelação .....	300

## Capítulo 29

DO AGRAVO DE INSTRUMENTO .....	303	
29.1	Cabimento .....	303
29.2	O sistema do Código de Processo Civil .....	305
29.3	Tempestividade .....	306
29.4	Regularidade formal.....	307
29.5	Requisitos de admissibilidade.....	308
29.6	Procedimento .....	308
29.7	Efeitos.....	309

## Capítulo 30

DO AGRAVO INTERNO.....	311	
30.1	Generalidades.....	311
30.2	Cabimento .....	311
30.3	Procedimento e competência.....	312
30.4	Efeitos.....	313

## Capítulo 31

DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO .....	315	
31.1	Generalidades .....	315
31.2	Natureza. Nova configuração dos embargos de declaração.....	316
31.3	Cabimento. Obscuridade. Omissão. Contradição. Erro material.....	317
31.4	Efeitos.....	318
31.5	Procedimento e julgamento .....	319
31.6	Embargos de declaração protelatórios .....	320
31.7	Embargos de declaração com função de prequestionamento .....	321

## Capítulo 32

DO RECURSO ORDINÁRIO .....	323	
32.1	Generalidades.....	323
32.2	Recurso ordinário no Supremo Tribunal Federal.....	323
32.3	Recurso ordinário no Superior Tribunal de Justiç�a.....	324

## Capítulo 33

DO RECURSO ESPECIAL E DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO .....	327	
33.1	Recursos de terceira geração. Justificativa.....	327
33.2	Sistema brasileiro. Dicotomia. Competência.....	327
33.3	Cabimento .....	328
33.4	Cabimento do recurso especial .....	329
33.5	Cabimento do recurso extraordinário.....	330
33.6	Repercussão geral.....	332
33.7	Prequestionamento .....	333
33.8	Natureza da decisão de admissibilidade.....	334
33.9	Efeitos. Possibilidade de efeito suspensivo. Limitação do efeito devolutivo.....	337
33.10	Interposição conjunta.....	338
33.11	Recursos especial e extraordinário repetitivos.....	339

33.12	Do agravo em recurso especial e em recurso extraordinário.....	341
33.13	Embargos de divergência.....	341
33.14	Embargos infringentes no STJ e no STF.....	342

#### Capítulo 34

DA AÇÃO RESCISÓRIA.....		345
34.1	Generalidades.....	345
34.2	Breve notícia histórica.....	345
34.3	Ação rescisória e <i>querela nullitatis</i> .....	346
34.4	Legitimidade.....	347
34.5	Prazo.....	347
34.6	Competência.....	348
34.7	Procedimento.....	348
34.8	Cabimento.....	350
34.9	Julgamento. Admissibilidade, <i>iudicium rescindens e iudicium rescisorium</i> .....	354
34.10	Efeitos do julgamento da ação rescisória.....	356
34.11	Ação anulatória de negócios jurídicos processuais homologados judicialmente.....	357

#### Capítulo 35

DA ORDEM DOS PROCESSOS E DOS PROCEDIMENTOS DE COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA DOS TRIBUNAIS.....		359
35.1	Generalidade.....	359
35.2	Uniformização de jurisprudência.....	359
35.3	Ordem dos processos no tribunal.....	363
35.4	Técnica de ampliação de colegiado.....	366
35.5	Incidente de assunção de competência.....	367
35.6	Incidente de arguição de inconstitucionalidade.....	370
35.7	Conflito de competência.....	371
35.8	Homologação de decisão estrangeira e da concessão do <i>exequatur</i> à carta rogatória.....	374
35.9	Incidente de resolução de demandas repetitivas.....	378
35.10	Reclamação.....	380

#### Capítulo 36

DO CUMPRIMENTO DA SENTENÇA.....		385
36.1	Generalidades.....	385
36.2	Competência.....	388
36.3	Liquidação de sentença – Espécies.....	390
36.4	Títulos executivos judiciais.....	393
36.5	Protesto dos títulos executivos judiciais.....	396
36.6	Cumprimento provisório da sentença de pagar quantia certa ou de dar coisa e da sentença que reconheça obrigação de fazer ou de não fazer.....	398
36.7	Cumprimento definitivo da sentença de pagar quantia certa.....	401
36.8	Cumprimento de sentença condenatória de prestar alimentos.....	404
36.9	Cumprimento de sentença condenatória de pagar quantia certa contra a Fazenda Pública.....	409
36.10	Cumprimento de sentença condenatória de obrigação de fazer e de não fazer.....	411
36.11	Cumprimento de sentença de entregar coisa.....	414

#### Capítulo 37

DA IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DA SENTENÇA.....		417
37.1	O direito à ampla defesa e a impugnação ao cumprimento da sentença.....	417
37.2	Impugnação ao cumprimento provisório de sentença condenatória em pagar quantia certa.....	419
37.3	Impugnação ao cumprimento definitivo de sentença de pagar quantia certa.....	419
37.4	Impugnação ao cumprimento de sentença condenatória em obrigação de prestar alimentos.....	425
37.5	Impugnação à sentença condenatória de pagar quantia certa contra a Fazenda Pública.....	426
37.6	Impugnação ao cumprimento de sentença de obrigação de fazer e de não fazer.....	427
37.7	Impugnação ao cumprimento de sentença de entregar coisa.....	427

#### Capítulo 38

DA EXECUÇÃO.....		429
38.1	Execução em geral.....	429
38.2	Partes.....	431
38.3	Competência.....	434
38.4	Título executivo extrajudicial – Espécies.....	435
38.5	Exigibilidade da obrigação.....	442
38.6	Responsabilidade patrimonial – Fraude à execução.....	443

38.7	Diversas espécies de execução. Execução de quantia certa. Execução para entrega de coisa certa. Execução de obrigação de fazer e de não fazer. Execução contra a Fazenda Pública. Execução de alimentos .....	446
38.7.1	Execução de quantia certa .....	450
38.7.2	Execução para entrega de coisa certa .....	455
38.7.3	Execução para entrega de coisa incerta .....	456
38.7.4	Execução das obrigações de fazer .....	456
38.7.5	Execução da obrigação de não fazer .....	458
38.7.6	Execução contra a Fazenda Pública .....	459
38.7.7	Execução de alimentos .....	460
38.8	Penhora .....	460
38.9	Documentação. Registro. Depósito e modificação da penhora .....	464
38.10	Penhora de dinheiro em depósito ou em aplicação financeira .....	468
38.11	Penhora de créditos .....	469
38.12	Penhora de quotas. Penhora de ações de sociedades personificadas .....	471
38.13	Penhoras subsidiárias. Penhora de empresa. Penhora de outros estabelecimentos e de semovente. Penhora de percentual de faturamento de empresa. Penhora de frutos ou rendimentos de coisa móvel ou imóvel .....	473
38.13.1	Penhora de empresa, de outros estabelecimentos e de semovente .....	473
38.13.2	Penhora de percentual de faturamento de empresa .....	475
38.13.3	Penhora de frutos ou rendimento de coisa móvel ou imóvel .....	476
38.14	Avaliação .....	476
38.15	Expropriação de bens. Adjudicação e alienação .....	479
38.15.1	Adjudicação .....	480
38.15.2	Alienação .....	482
38.16	Satisfação do crédito .....	486
38.17	Suspensão da execução .....	487
38.18	Extinção da execução .....	488
38.19	Embargos à execução .....	489
38.20	Exceção de pré-executividade .....	494

## Capítulo 39

DOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS .....		497
39.1	Noções gerais .....	497
39.2	Ação de consignação em pagamento .....	498
39.3	Ação de exigir contas .....	502
39.4	Ação de manutenção de posse e ação de reintegração de posse. Interdito proibitório .....	507
39.4.1	Ação de manutenção de posse e da ação de reintegração de posse .....	509
39.4.2	Interdito proibitório .....	511
39.5	Ação de demarcação e de divisão de terras .....	511
39.5.1	Ação de divisão .....	514
39.6	Ação de dissolução parcial de sociedade .....	516
39.7	Inventário e partilha .....	522
39.7.1	Legitimidade para requerer o inventário .....	524
39.7.2	Do inventariante e das primeiras declarações .....	525
39.7.3	Citações e impugnações .....	529
39.7.4	Avaliação e cálculo do imposto .....	530
39.7.5	Colações .....	531
39.7.6	Pagamento das dívidas .....	532
39.7.7	Da partilha .....	534
39.7.8	Arrolamento .....	537
39.7.9	Arrolamento sumaríssimo .....	539
39.7.10	Sobrepartilha .....	540
39.7.11	Cumulação de inventários .....	540
39.8	Embargos de terceiro .....	541
39.9	Oposição .....	545
39.10	Habilitação .....	547
39.11	Ações de família .....	549
39.12	Ação monitória .....	552
39.13	Homologação do penhor legal .....	556
39.14	Regulação de avaria grossa .....	559
39.15	Restauração de autos .....	562

## Capítulo 40

DOS PROCEDIMENTOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA .....		565
40.1	Noções e disposições gerais .....	565
40.2	Da notificação e da interpelação .....	568
40.3	Da alienação judicial .....	569
40.4	Do divórcio e da separação consensuais. Da extinção consensual de união estável e da alteração de bens do matrimônio .....	569

40.5	Dos testamentos e dos codicilos.....	571
40.6	Da herança jacente.....	573
40.7	Dos bens dos ausentes.....	576
40.8	Das coisas vagas.....	577
40.9	Da interdição.....	578
40.10	Da tutela e da curatela.....	582
40.11	Da organização e da fiscalização das fundações.....	584
40.12	Da ratificação dos protestos marítimos e dos processos testemunhais formados a bordo.....	585

#### Capítulo 41

DO PROCESSO ELETRÔNICO.....	587
-----------------------------	-----

41.1	Considerações gerais.....	587
41.2	Processo ou procedimento eletrônico.....	588
41.3	Da informatização do processo judicial.....	589
41.4	Dos atos de comunicação processual por via eletrônica.....	590
41.5	Do processo judicial eletrônico.....	591

REFERÊNCIAS.....	595
------------------	-----